

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

O desempenho da Petrobras ajudou o governo a manter as receitas maiores do que as despesas, apesar do impacto do aumento do salário mínimo e do aumento dos gastos por causa das eleições

Estatais garantem superávit

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Pelo menos por enquanto, o governo conseguiu aplacar as desconfianças dos especialistas ao divulgar ontem o resultado consolidado das contas públicas. Apesar do forte impacto do aumento do salário mínimo para R\$ 350 sobre a Previdência Social e do expressivo crescimento dos gastos por causa das eleições, o superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta o pagamento de juros) do setor público ficou em 4,51% do Produto Interno Bruto (PIB) nos 12 meses terminados em maio. Praticamente no mesmo nível do registrado até abril, de 4,54% do PIB. A maioria dos analistas apostava que, com o ímpeto gastador do governo, para turbinar a campanha da reeleição do presidente Lula, o superávit em 12 meses ficaria próximo dos 4,35% do PIB.

A previsão dos analistas não se confirmou graças, mais uma vez, à ajuda das empresas estatais, mais precisamente da Petrobras, que vem batendo recordes de produção e está se aproveitando dos altíssimos preços do petróleo no mercado internacional para inflar seu faturamento. Nos cálculos do mercado, como a empresa

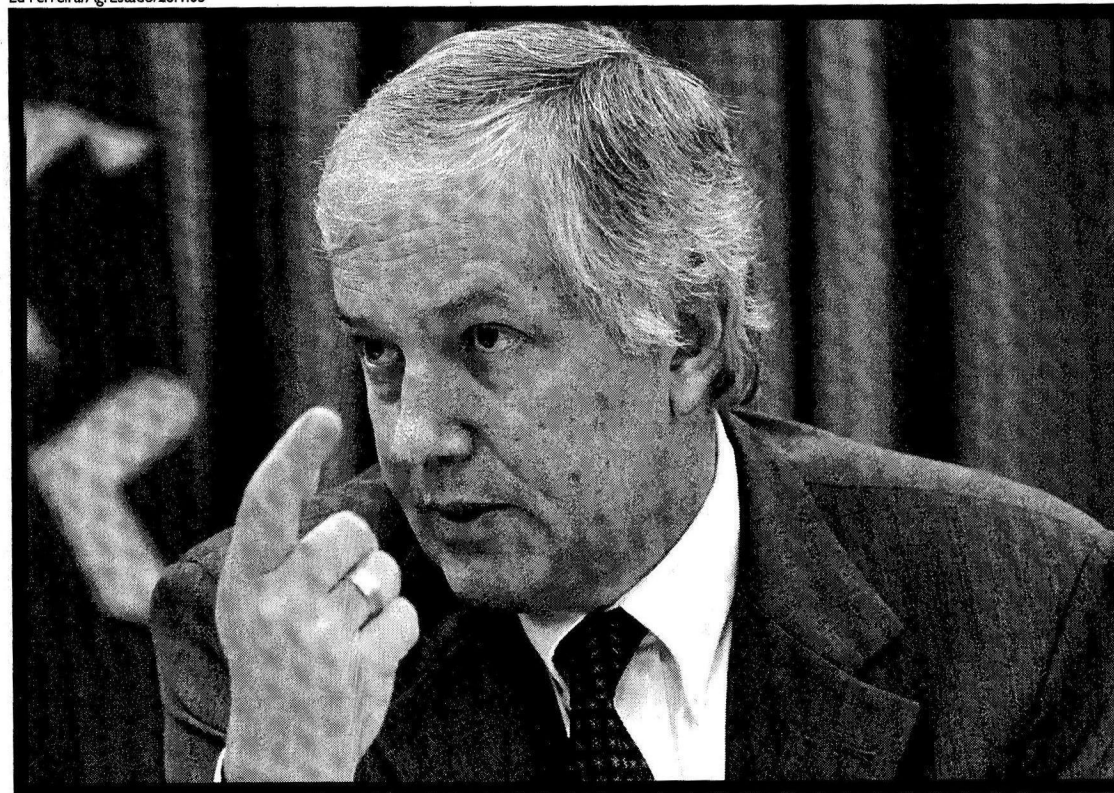
pagou R\$ 2,8 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional no dia 19 de maio, reverteu a tendência de déficit de R\$ 1,3 bilhão do conjunto das estatais. Mas o que se viu foi um resultado positivo de R\$ 1,028 bilhão em maio. "O desempenho das estatais foi a grande surpresa das contas públicas e fundamental para que não houvesse recuo no superávit acumulado em 12 meses", disse o economista Guilherme Loureiro, da Consultoria Tendências.

Além das estatais, o governo federal também contou com a força de estados e municípios para manter o compromisso de superávit mínimo de 4,25% do PIB. Essas esferas de governo computaram superávit de R\$ 2,1 bilhões em maio, compensando o fraco desempenho da União, com saldo de R\$ 3,1 bilhões. Estados e municípios ampliaram muito as receitas, beneficiados pelo aumento de quase 60% nos repasses de impostos arrecadados pela Receita Federal neste ano.

Reforço

No total, o superávit primário de maio alcançou R\$ 6,3 bilhões, com queda de 67% em relação ao mês anterior, de R\$ 19,4 bilhões. Segundo o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Luiz Malan,

Ed Ferreira/Ag. Estado/28.1.05



LUIZ MALAN, DO BANCO CENTRAL: O COMPROMISSO DO GOVERNO COM O AJUSTE FISCAL É PARA VALER

não há como comparar os dois números, pois o saldo de abril foi engordado por uma série de receitas extras, que não se repetirão nos próximos meses.

Na opinião de Malan, independentemente do aumento de

gastos da União e do impacto do salário mínimo na Previdência, o compromisso do governo com o ajuste fiscal é para valer. "Nada indica que haverá relaxamento fiscal. Pelo contrário, os resultados computados até agora, inclu-

sive no acumulado de 12 meses (R\$ 89,9 bilhões), reafirmam o compromisso com o equilíbrio das contas", assinalou. Ele disse ainda não entender de onde os analistas tiram as previsões de que a meta de superávit está

ameaçada. "Seria bom que eles apresentassem seus cálculos", destacou, ao ser indagado pelo *Correio* do porquê das discrepâncias entre os números do mercado e os do governo.

Para a economista Ana Paula Rocha, do Banco Real ABN Amro, o problema maior não está no cumprimento da meta de superávit deste ano. Mas na sustentabilidade do ajuste fiscal a partir de 2007. Muitos dos gastos contrai-dos pelo governo nos últimos meses — incluindo o reajuste dos servidores, cuja folha passará de R\$ 92 bilhões para R\$ 105,1 bilhões neste ano — vão exigir uma ampla reavaliação da estrutura das despesas do governo e novas reformas, sobretudo a da Previdência. Tanto Ana Paula quanto Guilherme Loureiro não vêem qualquer possibilidade de o governo cobrir a elevação de despesas com novos aumentos de impostos.

Junto com o superávit, Malan informou que os gastos com juros caíram para R\$ 7,1 bilhões em maio, quase a metade de abril (R\$ 12,8 bilhões). É que o BC lucrrou R\$ 3,6 bilhões ao apostar na alta do dólar nos contratos de *swap* cambial. Com as turbulências de maio, o dólar subiu 10,1%. Diante das despesas menores com juros, a relação entre a dívida pública e o PIB recuou para 50,7%.